

**CONSTRUÇÕES DE DIÁLOGOS E COMPARTILHAMENTO DO
CONHECIMENTO – ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA.**

Victor Henrique Menezes
Thiago do Amaral Biazotto
Gabriela Souza Morais
Patrícia Pompeu
Ana Lídia Marques Monteiro
Aline Vieira de Carvalho

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



CONSTRUÇÕES DE DIÁLOGOS E COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO – ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PÚBLICA.

Victor Henrique Menezes¹
Thiago do Amaral Biazotto²
Gabriela Souza Morais³
Patrícia Pompeu⁴
Ana Lídia Marques Monteiro⁵
Aline Vieira de Carvalho⁶

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre Divulgação Científica, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. Muitas vezes tratados como sinônimos, os termos referem-se a campos práticos e teóricos distintos que dialogam com as práticas arqueológicas. Com isso em mente, e não com a intenção de esgotar o tema, o artigo procurará traçar o surgimento de tais propostas no Brasil e em âmbito internacional, e, trazer uma breve apresentação dos conceitos, investigando seus usos ao longo das últimas décadas em países onde foram cunhados, como nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Palavras chaves: Arqueologia, Patrimônio, Educação.

Abstract: This article aims to present some thoughts about Scientific Dissemination, Heritage Education and Public Archaeology. Often treated as synonymous, such terms refer to distinct practical and theoretical fields which substantially dialogue with archaeological practices. With that in mind, and not intent on exhausting the topic, the article will seek to trace the emergence of such proposals in Brazil and internationally, and to render a brief presentation of the concepts by investigating their uses over the past decades in countries where they were coined, as in the United States and Great Britain.

Keywords: Archaeology, Heritage, Education.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das reflexões dos estagiários de História realizadas no Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP/NEPAM/UNICAMP) acerca dos termos Divulgação Científica, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. Entre as diversas atividades desenvolvidas para a realização do estágio, foi proposto o desafio de mapear e refletir sobre termos que são caros à atividade arqueológica e

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Estagiário do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte na mesma universidade (LAP/NEPAM/UNICAMP).

² Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Atuou como estagiário do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da Universidade Estadual de Campinas (LAP/NEPAM/UNICAMP), Brasil; entre os meses de agosto de novembro de 2013.

³ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Atuou como estagiária do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da Universidade Estadual de Campinas (LAP/NEPAM/UNICAMP), Brasil; entre os meses de agosto de novembro de 2013.

⁴ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Atuou como estagiária do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da Universidade Estadual de Campinas (LAP/NEPAM/UNICAMP), Brasil; entre os meses de agosto de novembro de 2013.

⁵ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Atuou como estagiária do LAP/NEPAM/Unicamp entre os meses de agosto de novembro de 2013.

⁶ Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (NEPAM/UNICAMP), coordenadora associada do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), e, coordenadora do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM/UNICAMP).

que, comumente, são confundidos ou usados sem a consideração de suas especificidades. A Arqueologia Pública, por exemplo, tendo por premissa a ciência arqueológica como prática política, trabalha de forma transversal com o campo da Divulgação Científica, um dos campos responsáveis pela construção de poderosos imaginários culturais sobre a arqueologia, e cujos debates definidores encontram-se principalmente no campo do jornalismo e da comunicação. A transversalidade também encontra frutos nas parcerias entre as discussões próprias da Arqueologia Pública e os debates produzidos no seio da Educação Patrimonial, com suas múltiplas vertentes, interpretações e empoderamentos vinculados às noções patrimoniais.

É importante ressaltar que as ideias e leituras apresentadas a seguir, apesar de terem sido debatidas e revisadas constantemente junto à coordenação do LAP, são de responsabilidade dos estagiários. Acreditamos, todavia, que a publicação destas reflexões pode construir novos espaços para outros debates. Com o objetivo de apresentar um mapeamento dos termos, trabalharemos no primeiro momento com a Divulgação Científica. Seguiremos com a Educação Patrimonial e a Arqueologia Pública.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA (D.C.)

O físico Marcelo Knobel, em entrevista ao Programa *Diálogo sem Fronteira* da RTV/Unicamp⁷, ressaltou que a definição de D.C. é incerta. Apesar disso, o pesquisador destaca que a D.C. converge “a todas as ações feitas para transmitir a ciência à população em geral”, citando as atividades de museus de história natural, parques, zoológicos, centro de ciências, jardins botânicos e mesmo o jornalismo, livros, sites e outras mídias. Nesta mesma linha, Adriana Rossi, química e docente da Unicamp, também em entrevista⁸, postula a D.C. como uma maneira de levar aquilo que é feito na academia à população em geral, sem, contudo, ter a pretensão de formar novos cientistas, mas, sim, despertar possíveis vocações ou sensibilidades. Portanto, muito além de informar, almeja-se despertar o espírito crítico em relação às pesquisas da academia, propiciando à população o uso da ciência em seu cotidiano. Como disserta o linguista Carlos Vogt (2008, p. 2) “não só cabe à divulgação científica a aquisição de conhecimento e informação, mas a produção de uma reflexão relativa ao papel da ciência”.

As propostas de comunicação das ciências – compostas por vários objetivos – acabam por exigir metodologias bastante específicas. A linguista Lílian Zamboni (1997, p. 11) entende a D.C. como o resultado de um efetivo trabalho de formulação discursiva, no qual se revela uma ação comunicativa que parte de um

⁷ Disponível no site da RTV/Unicamp desde 22 de agosto de 2012. A entrevista pode ser assistida por meio do link: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/WWX1HGAOGHO5/>. Acessado em 10/10/2013.

⁸ Disponível no site da RTV/Unicamp desde 01 de agosto de 2011. A entrevista pode ser assistida por meio do link: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/M58DNMVGX4UK/>. Acessado em 10/10/2013.

“outro discurso” (o científico) e se dirige para “outro destinatário” (o público leigo). Nesse empenho de comunicação, muito além de uma mera adaptação de linguagem, é necessário também ater-se às formas em que o conhecimento científico é produzido, como é formulado e de que forma circula numa sociedade como a nossa (SILVA, 2006, p. 53). Diante disso, a D.C. não pode ser considerada apenas como uma atividade unilateral de disseminação do conhecimento científico, e, como aponta Silva (2006, p. 58), também está envolvida na interlocução cientista-cientista.

Ao contrário do que se poderia supor, a preocupação em divulgar pesquisas científicas às comunidades não acadêmicas não é fenômeno exclusivo do século XX. De acordo com Silva (2006, p. 54), pode-se dizer que as atividades de D.C. surgiram junto com a própria ciência moderna, como atesta, por exemplo, o empenho de Marat (1743-1793) – um dos personagens centrais da Revolução Francesa – em escrever monografias e ministrar palestras com o intuito de apresentar as suas pesquisas à população francesa. A divulgação nesse período, no entanto, não era levada a cabo apenas pela figura do cientista, que aparecerá com maior nitidez apenas no século XIX. É nesse século, com o advento das teorias positivistas, que se começa a defender que o cientista é capaz de se distanciar de seu contexto social e político e que, portanto, não precisaria dialogar com o público, mas, sim com seus pares, criando assim um novo sentido para as relações entre ciência e público (VALERA, 2008, p. 10).

Esse quadro, todavia, passou por profundas alterações após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a ampliação dos movimentos sociais e do conceito de cidadania. Segundo António Valera (2008, p. 12), arqueólogo português, houve um crescimento no interesse dos cidadãos em relação à ciência, “em que o conhecimento científico generalista passou a ser visto como um requisito fundamental”. Considerando, então, que a ciência não é uma atividade deslocada de seu contexto de formulação, a D.C. passou a ser um exercício de regime democrático, “isto é, de dotar a comunidade de conhecimento que a torne capaz de uma participação ativa e informada nos processos democráticos de opção e decisão” (VALERA, 2008, p. 12).

Tendo em mente essa preocupação produzida no interior das indagações éticas sobre as funções dos discursos científicos, e a valorização do caráter mais plural e democrático da D.C., nas últimas décadas iniciativas têm sido tomadas por órgãos e instituições de pesquisas no exterior e também no Brasil. Podemos elencar, por exemplo, algumas desenvolvidas pela Universidade Estadual de Campina (Unicamp), como a coleção “Divulgação Cultural e Científica” da Editora da própria universidade; os projetos desenvolvidos pelo Museu Exploratório de Ciência; e o Laboratório de Jornalismo Científico (LABJOR), que possui importantes publicações na área⁹; entre muitas outras.

Ainda no âmbito da Unicamp, em termos de D.C. de Arqueologia, podemos citar o Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte*, sediado no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), que, defendendo o conhecimento construído em conjunto com as comunidades, desenvolve atividades que

⁹ Entre as publicações podemos citar as revistas *ComCiência*, *Ciência e Cultura* e *Revista Patrimônio*, entre outras.

objetivam interação entre os mais diferenciados públicos com o mundo acadêmico (CARVALHO e MENEZES, 2013, p. 4). Entre as suas atividades, inseridas nas práticas da Arqueologia Pública, também são desenvolvidas ações de D.C., como, por exemplo, palestras sobre Arqueologia e Patrimônio ministradas em escolas públicas e privadas de Campinas e publicações de materiais que visam à divulgação da disciplina. Entre os materiais, podemos elencar o gibi *De dinossauros ao patrimônio: descobrindo a Arqueologia*, voltado, em especial, ao público infantil; o blog *Laboratório Virtual de Arqueologia Pública* destinado ao público adolescente; e, também, a *Revista Arqueologia Pública*, voltada ao mundo acadêmico, exemplo de que a D.C. também se realiza, como defende Silva (2006, p. 58), entre os acadêmicos e seus pares. Recentemente, em parceria com o LABJOR/Unicamp, o LAP desenvolveu o projeto “Arqueologia e Divulgação Científica: Diálogos e Saberes”, financiado pela Petrobrás por meio do Edital SAB 2011 “Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico”, da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Como explica os coordenadores do projeto (TEGA *et al.*, 2013, p. 75), o objetivo foi apresentar ao público as diferentes vertentes e práticas da ciência arqueológica, “de forma a estimular a reflexão, interação e a compreensão desta ciência, bem como, incentivar a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos”.

As atividades acima, como muitas outras desenvolvidas no Brasil, não estão deslocadas dos debates internacionais sobre a D.C., em específico da Arqueologia. No mundo anglo-saxão, podemos citar como exemplo os programas de rádio da BBC sobre Arqueologia nos anos de 1950-1970, a cargo do Cavaleiro do Império Britânico Mortimer Wheeler¹⁰ (CARVALHO e MENEZES, 2013, p. 2).

No caso britânico, o interesse pela D.C. em Arqueologia vem crescendo ao longo das últimas décadas. Neste particular, tem havido intensa discussão acerca do papel da Internet, de forma que foi criado o termo *Digital Public Archaeology* para fazer referência aos projetos que objetivam melhorar o diálogo entre Arqueologia e o público da rede mundial de computadores. Parte-se do pressuposto que a Internet, por ser um espaço “livre”, seria um local mais democrático para se estabelecer o contato entre os profissionais de Arqueologia e seu público (RICHARDSON, 2013, p. 4). Contudo, diversas críticas estão sendo feitas por conta da ausência de uso crítico desse expediente, que muitas vezes veicula informações cuja veracidade ainda não foi auferida ou mesmo problematizações não foram levantadas. Ademais, a ideia de que a Internet atinge a todo público inglês é questionada, uma vez que, por conta de problemas socioeconômicos, ausência de habilidades, infraestrutura e outros, muitas pessoas não têm acesso à rede de computadores. Não se nega a potencialidade que o espaço virtual oferece, mas urge que tanto arqueólogos como seu público façam uso dele de modo crítico, com o intuito de tornar o jargão científico da Arqueologia mais palatável aos ditos leigos (RICHARDSON, 2013, p. 4).

Já nos Estados Unidos, desde que foi promulgado o *National Historic Preservation Act*, em 1966, as pesquisas arqueológicas têm crescido, no mais das vezes sob os auspícios do *Cultural Resource Management*

¹⁰ Alguns dos programas atualmente estão disponíveis para *downloads* no site da BBC, por meio do link http://www.bbc.co.uk/iplayer/episode/p017g9gd/Sir_Mortimer_and_Magnus_Schliemann_and_Gladstone. Acesso em 16/09/2013.

(CRM). Contudo, por mais eficiente que esse órgão seja em evitar a destruição de artefatos e organizar os vestígios das escavações, ele é tido como deficitário no aspecto da D.C., muitas vezes limitado a enormes volumes técnicos, caros e de difícil acesso (ALTSCHUL, 2002, p. 181). Com este problema em vista, foi fundada, em 1983, a *Statistical Research, Inc.* (SRI), pelo arqueólogo americano Jeffrey H. Altschul, com o objetivo de melhor divulgar os resultados das pesquisas arqueológicas entre o público do Sudoeste americano. Caso relevante é o das populações indígenas estadunidenses, cada vez mais interessadas nas escavações realizadas em seus territórios (ALTSCHUL, 2002, p. 181).

Sendo assim, em termos de D.C. de Arqueologia, tanto a Inglaterra quanto os EUA estão em intensa discussão acerca da importância e dos limites da Internet e outras mídias. O Brasil não passa ao largo destas discussões.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (E.P.)

O termo patrimônio, que vem da palavra latina *patrimonium*, refere-se, originalmente, à herança paterna, ou seja, aos bens materiais transmitidos de pai para filho. Daí, ainda hoje, referir-se, em alguns aspectos, à herança familiar. A extensão do uso do termo como herança social apareceu apenas na França pós-Revolucionária, quando o Estado decide tutelar e proteger as antiguidades nacionais às quais era atribuído significado para a história da nação. Tendo por pressuposto a invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 16). Os Estados Nacionais que surgem nesse contexto criaram a noção de patrimônio como algo que representa a todos; a história e a cultura de uma nação. Esse sentido – de patrimônio homogêneo – prevalece até a segunda metade do século XX, quando os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, impulsionados em grande medida pelo nacionalismo exacerbado, provocaram críticas à noção de raça, de nação e mesmo de homogeneidade. Cientistas passaram a defender e preservar pela diversidade e contestar as identidades, tidas até então como homogêneas e estanques. Indagam-se, então, quais os tipos de patrimônios representariam os mais diferentes povos de um país, que nem sempre compartilham dos mesmos costumes e culturas. Passa-se a valorizar um sentido mais amplo do termo e patrimônio deixa de ser símbolo apenas dos grandes monumentos, que representavam, em grande medida, a elite e/ou os grandes acontecimentos do passado, para incluir também as práticas culturais (como danças, procissões, comidas, entre outros) e outros bens como, por exemplo, o meio ambiente (rios, florestas, parques). Há, então, um advogar da diversidade, pluralidade de identidades e patrimônios, para além do nacional. Patrimônios, agora, de valor provincial ou municipal, mas também de comunidades, como os indígenas ou as mulheres, de grupos religiosos ou esportivos (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 23). E é com esse sentido de Patrimônio, que preza pela diversidade, que a E. P. irá debater.

Apesar da ampliação do conceito, têm-se ainda poucos diálogos entre os conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos acerca da história e significados dos patrimônios, o que a princípio geraria uma não preocupação com a sua conservação. Partindo-se do pressuposto de que só é possível preservar o patrimônio através do seu conhecimento e afeição (FUNARI e CARVALHO, 2011, p. 10), a E.P. surgiria então como um veículo de aproximação das comunidades com os seus patrimônios; uma metodologia de aprendizagem a partir dos bens culturais de determinadas sociedades; e que pretenderia, a princípio, a criação de diálogos entre o educador e o público com o qual atua.

Entendida como metodologia, ou conjunto de metodologias, a E.P. começou a ser difundida e aplicada no Brasil a partir da década de 1980, inspirada em pedagogias para o aprendizado da herança cultural da Inglaterra (*Heritage Education*) e resultado, principalmente, das transformações ocorridas com o campo e conceito de educação no século XX (TAMANINI, 2013, p. 11). De acordo com Evelina Grunberg (2008, p. 40), diretora do Museu da Abolição de Recife, o passo inicial para o desenvolvimento do campo em nosso país se deu após o “I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos”, promovido pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta e realizado no Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro, que apresentou uma metodologia específica de trabalho com bens culturais. Naquela década, foram intensificadas, de forma significativa, as discussões sobre assuntos que envolviam os processos educativos em museus e, mesmo, questionamentos éticos sobre a função dessa instituição na sociedade (SCHWANZ, 2006, p. 25). Como destaca Elizabete Tamanini (2013, p. 11), datam também dessa época as experiências de Educação Popular, desenvolvidas por Paulo Freire, que, “abriu caminhos para a reflexão sobre o papel do conhecimento e a responsabilidade social e política do educador”. Questiona-se, então, não somente o papel dos museus, patrimônios e monumentos na educação, mas, também, as possibilidades de ações dos educadores, que atuam como intermediários entre esses espaços e o público.

É válido inquirir acerca de que forma se dá a E.P: se é um mecanismo de troca de experiências entre o “educador” e aquele que é o objeto dessa educação; se há um modelo formal dessa educação patrimonial, no qual o detentor do conhecimento científico é responsável por transmiti-lo a alguém; e ainda, se a preservação de um patrimônio só pode ser alcançada através de uma educação patrimonial que leve em conta a memória, o valor simbólico, o conhecimento e a afeição que se tem por esse patrimônio. Para refletir tais questionamentos, deve-se ter em mente que a E.P., como toda disciplina, é um campo político, e, como tal, envolve escolhas, que vão desde o quê preservar até qual memória deve ser escolhida.

Quanto às práticas em E.P., segundo a professora da UEMG, Solange Schiavetto, em entrevista ao supracitado programa *Diálogo sem Fronteira*¹¹, elas existem quando dados grupos se voltam aos patrimônios com o olhar de um educador. Além disso, a E.P. trataria de uma discussão acerca do que faz sentido para a sociedade como um todo e atuaria nas transformações da cultura material e imaterial em

¹¹ Disponível no site da RTV/Unicamp desde 25 de setembro de 2013. A entrevista pode ser assistida no link: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/BDG7R85W25KH/>. Acessado em 25/10/2013.

algo mais conhecido e próximo da sociedade. Nessa mesma linha, Evelina Grunberg (2008, p. 5) define a E.P como o ensino centrado nos bens culturais, uma metodologia que os toma como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica. De acordo com a autora, os bens culturais ou patrimoniais devem possibilitar uma experiência concreta de evocação do passado, porque, do contrário não teria sentido sua guarda e preservação. Portanto, pode-se considerar que a E.P., para essas duas estudiosas, parte do patrimônio como objeto da educação, como fonte primária do ensino.

Em contrapartida, Leandro Magalhães (2009, p. 2) trabalha com duas definições de E.P: a “educação patrimonial tradicional” e “educação patrimonial transformadora”. A primeira se caracterizaria como uma visão impositiva, que abrangeria interesses específicos, sendo que a segunda seria de caráter libertador e teria por intuito o conhecimento dialogado. Essa segunda concepção vai também ao encontro da proposta de E.P. apresentada por Pedro Paulo Funari e Aline Carvalho (2008, p. 8), que a entendem como ações democráticas cujo intuito são as construções de diálogos entre sociedade e patrimônio, para que cada grupo social se torne capaz de atribuir significados aos seus bens patrimoniais. É interessante como tais concepções dialogam com o que o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão máximo de proteção ao patrimônio no Brasil, entende por E.P:

[...] todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.¹²

Tendo em mente tais preocupações com a preservação, torna-se oportuno citar exemplos de como a E.P. foi e ainda é introduzida em algumas instituições, como no caso do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ)¹³. O museu, criado em 1963, realizou no início da década de 1990 uma ação arqueológica-educativa no bairro Espinheiros, em Joinville, com uma comunidade circunvizinha ao Sambaqui Espinheiros II. Flávia Souza (2013, p. 131-132), explica que a intenção do projeto era envolver os diversos segmentos da sociedade, principalmente moradores da localidade nas ações do MASJ. Outro exemplo é o desenvolvido atualmente pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Poços de Caldas) como parte das ações do projeto “Arqueologia e Educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas/MG”, que tem como intuito realizar pesquisas arqueológicas na região de Poços de Caldas juntamente a discussões com comunidades locais acerca de seus patrimônios arqueológicos. Utilizando-se de metodologias que agregam elementos da “História Oral e da Antropologia (discussões teóricas sobre identidade, etnografia/trabalho de campo) e que visam à produção de um fazer arqueológico pautado em

¹² IPHAN (*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*). Disponível em:< <http://goo.gl/UCGOXA>>. Acessado em: 28/10/2013.

¹³ Para saber mais acerca o projeto, consulte o site: <http://museusambaqui.blogspot.com.br/>. Acessado em: 28/10/2013.

múltiplas visões” (SCHIAVETTO *et al.*, 2013, p. 140), o projeto busca introduzir novas abordagens e estudos acerca do passado da região, discutindo junto a diversas comunidades as possibilidades de apreender a formação multicultural das populações humanas que hoje vivem na área de foco da pesquisa. Dialogando também com práticas em Arqueologia Pública, as atividades voltadas à Educação Patrimonial inseridas no projeto, até o momento da composição deste artigo, estiveram concentradas em ações educativas junto às comunidades escolares e acadêmicas, entrevistas a programas de televisão, levantamentos arqueológicos e levantamentos de informações orais.

Podemos destacar também, no âmbito da E.P, os projetos “Arqueologia e Cidadania: leituras plurais de nosso mundo material” e “Acervo arqueológico do arquivo Paulo Duarte”, desenvolvido pelo LAP/Unicamp junto ao *Programa de Iniciação Científica Júnior (PIC Jr./CNPq/Unicamp)*¹⁴. Com o objetivo de construir formações conjuntas ao público escolar, o laboratório recebe em suas dependências alguns dos alunos do ensino médio de escolas públicas de Campinas que são selecionados anualmente, pela universidade, para participarem do projeto. Estes alunos, ao longo de doze meses, atuam como pesquisadores dentro do laboratório, onde desenvolvem atividades práticas e de orientação nas áreas de Arqueologia, Patrimônio e História. Ao serem selecionados como pesquisadores nos citados projetos e antes de iniciarem as suas atividades práticas no LAP, os estudantes participam de formações, grupos de estudos, ministrados pelos estagiários do laboratório, no qual são realizadas leituras e discussões acerca de assuntos relacionados aos temas de Arqueologia, História, Patrimônio, Memória, entre outros. As atividades que são desenvolvidas dentro do laboratório, além de terem por objetivo a criação de diálogos com os estudantes participantes do projeto, pretende criar condições de formação conjunta em atividades técnicas de um laboratório de Arqueologia. Estes, por sua vez, além de receberem uma bolsa-auxílio e terem a oportunidade de realizar pesquisas dentro da universidade, recebem também vale-transporte, alimentação, seguro e assistência médica e odontológica para emergências; entregam dois relatórios semestrais à Unicamp e são estimulados a participarem de atividades acadêmicas, como palestras e eventos científicos (SALAMÃO *et al.*, 2010, p. 1).

Em relação aos projetos citados – o primeiro finalizado, e, o segundo e terceiro em andamento – é interessante questionar o quanto de diálogos há entre a universidade, museu e laboratório com as comunidades no momento de construção das ações, uma vez que estas são pautadas, selecionadas e organizadas pelas instituições. Existiria, nesses dois casos, uma E.P transformadora?

Para além dos exemplos brasileiros – que são inúmeros - são notórias as atividades desenvolvidas pelo Projeto HERO¹⁵, que surgiu na Inglaterra e é desenvolvido pela *The Heritage Education Trust* (entidade criada em 1983 com projetos de E.P. para crianças). O Projeto permitiu que crianças visitassem locais

¹⁴ Para maiores informações acerca do programa, acesse o site: <http://www.prp.rei.unicamp.br/picjr/>.

¹⁵ *Heritage Education Regional Outreach*. Disponível em: <http://www.heritageeducationtrust.org.uk/hero/>. (Acessado em: 28/10/2013).

históricos e aprendessem com os patrimônios. Há, ainda, o *English Heritage*¹⁶, projeto que disponibiliza online pesquisas arqueológicas de forma simples a um público leigo. O programa objetiva defender lugares históricos, por meio da divulgação de sua importância, e aconselha o Governo a incentivar a os jovens a preservá-los.

Levando em conta os autores e exemplo citados, e, entendendo a E. P. como um campo político, voltamos ao papel da educação: é inegável sua importância, em qualquer campo, ainda mais com relação à preservação de patrimônios. O que gostaríamos de interpelar é a provável relação hierárquica que existe nesse diálogo entre o “detentor do conhecimento formal” e o grupo que deve ser educado, como se o conhecimento científico fosse superior aos demais, como se um grupo fosse incapaz de reconhecer o valor simbólico e memorial que algo tem para ele ou sua comunidade. Nesta situação, as propostas de Paulo Freire podem sinalizar constantes inspirações para as nossas ações. Como interroga Schwanz (2006, p. 38), será que é a função da E. P. dar conhecimento das letras e da cultura, ou ajudar a compreender a cultura?

ARQUEOLOGIA PÚBLICA (A.P.)

Assim como para tratar de Educação Patrimonial é importante ter em mente os significados do Patrimônio, para falar de A. P., é imprescindível uma breve apresentação sobre a Arqueologia. Convém lembrar que a palavra Arqueologia vem do grego *arque* (antigo) e *logos* (discurso, estudo, ciência). Assim, o significado primeiro da palavra nos remete ao estudo do antigo, do passado; significado este que a disciplina teve ao longo de quase toda a sua existência. Porém, atualmente, com as transformações ocorridas no campo teórico e o alargamento de seu campo de ação, a Arqueologia não se restringe apenas ao estudo do passado, e, como toda disciplina em constante reformulação teórica, não possui uma única definição.

Os autores deste texto entendem a Arqueologia como uma disciplina política que procura estudar o homem a partir de sua *cultura material*, ou seja, de tudo aquilo que foi produzido ou modificado por ele. Como escreve Funari (2006, p. 15), a disciplina estuda, “diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”, não se restringindo assim, aos artefatos e materiais produzidos pelo homem, mas também se preocupando com os ecofatos e os biofatos, ambos ligados à apropriação da natureza pelo homem (FUNARI, 2006, p. 14). Não se constitui, então, uma área que estuda apenas o passado, nem uma disciplina auxiliar, mas, na medida em que seus objetivos se referem às sociedades humanas, ela compartilha com outras disciplinas muitas questões, e assim como elas, necessita de uma abordagem interdisciplinar do seu objeto de estudo (FUNARI, 2006, p. 18). Pode-se dizer que um dos objetivos da disciplina é a compreensão das diversas sociedades a partir de sua cultura material, bem como a divulgação e compartilhamento das

¹⁶ *English Heritage*. Disponível em: <http://www.english-heritage.org.uk/>. (Acessado em: 23/10/2013).

pesquisas. E é neste último objetivo que entram as questões e práticas relacionadas à A.P., que tiveram sua ascensão por volta da segunda metade do século XX.

Desde a década de 1970, os arqueólogos passaram a se questionar sobre as funções sociais da Arqueologia e como deveriam ser estabelecidas as relações entre academia e sociedade (CARVALHO e FUNARI, 2009). Foi nesse contexto que Robert McGimsey, professor da Universidade da Louisiana, publicou livro *Public Archaeology* (1972), considerado um marco na definição desse novo campo. Entre 1961 e 1985, ocorreram inúmeras iniciativas de divulgação do conhecimento arqueológico no Brasil, mas foi a partir da década de 1980 que se passou a refletir sobre os métodos, práticas, valores e significados da A.P. Deu-se início, portanto, a projetos que visavam a ações destinadas a comunidades com os materiais arqueológicos escavados, surgindo então a A.P. no Brasil (CARVALHO e FUNARI, 2009). Assim como toda disciplina, a A.P. não possui uma única vertente teórica. Como lembram Funari e Carvalho (2009), o que tange a todas as discussões acerca de sua definição “é a reflexão sobre como as pesquisas arqueológicas, realizadas dentro da academia ou mesmo pelas empresas de arqueologia, se relacionam com a sociedade”.

Segundo a arqueóloga Márcia Bezerra de Almeida (2011, p. 62), a A.P é uma vertente da Arqueologia “preocupada em compreender as relações entre distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico em sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção do passado e a gestão comunitária dos bens arqueológicos”. Entende, então, que os arqueólogos devam ter uma preocupação social. Percorrendo este mesmo caminho no debate teórico, a arqueóloga Tatiana Fernandes (2008, p. 33) entende A.P. como um “campo científico da Arqueologia destinado a discutir, intervir e rever a relação dialética entre ciência arqueológica e sociedade.” Portanto, para Fernandes, a Arqueologia está vinculada ao contexto no qual é produzida, de modo que não pode se isentar de sua responsabilidade como Ciência Social. Assim, percebe-se que há certa proposta entre alguns arqueólogos e estudiosos preocupados com as relações sociais das sociedades, de que a A.P é uma área preocupada com questões além do espaço acadêmico, cujas práticas tencionam ao envolvimento de diferentes comunidades com as pesquisas arqueológicas.

No entanto, não são todos os arqueólogos que veem com bons olhos as discussões e práticas em Arqueologia Pública. Funari e Bezerra (2013, p. 95), demonstram que a A.P. ainda possui certa imagem negativa entre os arqueólogos brasileiros, sendo entendida por alguns como uma “especialização da Arqueologia com pouco ou nenhuma relevância, praticada por um pequeno número de profissionais”. Seguindo uma mesma linha, podemos citar o artigo de Lúcio Menezes Ferreira, docente da UFPel. Em seu artigo, o autor disserta que o problema da A.P. consiste no fato de que os arqueólogos acabam instrumentalizando as comunidades para manejar seu patrimônio e os membros destas tornam-se “peões” dos trabalhos arqueológicos, como se sociedade barganhasse suas coisas em troca de educação, cultura arqueológica e ressignificação de sua memória (FERREIRA, 2013, p. 98). Ao invés da A.P., Ferreira propõe

Arqueologia Comunitária, que parte da premissa que o patrimônio cultural não tem valor intrínseco e seu valor é definido por políticas de representação (FERREIRA, 2013).

Em âmbito internacional, podemos citar como referência no campo da A.P. Cornelius Holtorf, professor da Universidade de Lund, na Suécia. Em seu livro *Archaeology is a brand* (2007, p. 107-126), ele propõe que há três modelos que caracterizam as atuações arqueológicas dentro da A.P. O primeiro deles seria o modelo de Educação, segundo o qual há a crença de que seria possível a reconstrução fiel de um tempo através da cultura material, assim, a Arqueologia torna-se um instrumento de educação das massas. O segundo é o modelo de Relação Pública, que almeja a melhorar a imagem da Arqueologia na sociedade e seria uma divulgação da Arqueologia através de filmes e documentários. O problema desse modelo, segundo o autor, é que ele conduz a uma simplificação da Arqueologia e do passado. E o terceiro é o modelo Democrático, que pressupõe a valorização igualitária do conhecimento. Holtorf defende também que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e que podem ser estimulados a se relacionar com a Arqueologia, podendo esta ser um instrumento para a leitura crítica da nossa sociedade (CARVALHO e FUNARI, 2009).

Seguindo a linha defendida por Holtorf, são notórios os trabalhos desenvolvidos pelo supracitado Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP), localizado na Unicamp, que entende a A.P. “como um campo político que permite a construção de diálogos entre as especificidades produzidas no interior da Arqueologia e a sociedade” (CARVALHO, 2011). Neste laboratório, são desenvolvidos tanto projetos de D.C. e E. P., quanto de A. P. de forma dialogada. No campo da A.P., podemos citar o projeto “Diálogos patrimoniais”, desenvolvido desde o início de 2013. Tendo por intenção realizar, com alunos do ensino fundamental e médio, experiências práticas em Arqueologia, o projeto envolve palestras e oficinas acerca das diversas etapas do trabalho arqueológico, desde escavações até a organização de exposições. No primeiro semestre de 2013, o projeto foi desenvolvido com os professores e alunos da Escola do Sítio de Barão Geraldo, que participaram das oficinas de escavação, conheceram o Laboratório, e realizaram a lavagem e curadoria das peças, bem como interpretaram um sítio artificial que escavaram. Por fim, organizaram uma exposição, na qual eles apresentaram o projeto aos pais e a outros membros da escola. O projeto foi selecionado pelo jornal *Correio Popular* no concurso "Experiência 10" e ganhou matéria no jornal, na data de 06/08/2013¹⁷, sendo o vencedor na categoria de Escolas Particulares, o que gerou mais duas matérias no jornal¹⁸.

¹⁷ A matéria está disponível para leitura no link: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/08/especial/experiencia10/87889-escavacoes-levam-a-viagem-pelas-antigas-civilizacoes.html

¹⁸ As matérias estão disponíveis para leitura nos link: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/especial/experiencia10/105904-inovacao-rumo-ao-conhecimento.html e http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/capa/campinas_e_rmc/109612-premio-destaca-experiencias-nota-10.html

ALGUMAS PONDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos debates aqui apresentados, buscamos conceituar e exemplificar - sem jamais esgotar - algumas das muitas práticas realizadas nos âmbitos da Divulgação Científica, da Educação Patrimonial e da Arqueologia Pública, que, apesar de suas especificidades, podem dialogar de forma a beneficiar as diversas comunidades que se relacionam em diferentes escalas com a Arqueologia e o Patrimônio. Tentamos, portanto, mostrar como essas áreas - a despeito de suas especificidades - convergem para a necessidade da construção de conhecimentos junto às comunidades; atividade repleta de conflitos e, principalmente, de negociações. Como escreveu o arqueólogo americano Charles E. Orser Jr (1992, p. 15), “os arqueólogos têm uma grande responsabilidade de comunicar suas descobertas tanto para outros arqueólogos como para o público em geral”, e essa comunicação pode ser empreendida tanto por meio de ações em Divulgação Científica da Arqueologia, como por meio da Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. O que irá determinar a quais campos pertencem tais comunicações serão muito mais as suas práticas e as formas de lidar com o *outro* do que a busca pelo compartilhamento de pesquisas. Para além do compartilhamento, entende-se que há, nos três campos teóricos e práticos apresentados, uma busca por construções de diálogos, que está então além de meras explicações acerca do que fazem os arqueólogos e qual sua significação para a vida da população (ORSER, 1992, p. 15). Transformar a percepção ainda predominante na Academia e em algumas empresas de Arqueologia de que existe um público meramente assistente de seus trabalhos, para uma proposta de que atuamos junto a indivíduos e comunidades colaboradoras e ativas nas pesquisas arqueológicas e na gestão de seus patrimônios tornou-se premissa não apenas da A.P, mas também tem sido defendida no seio da D.C e E.P. O que procuramos deixar como questionamento é como, em projetos desenvolvidos no Brasil e em alguns países do exterior, tem sido a construção de conhecimento conjunta. Não pretendemos hierarquizar nenhuma das áreas, nem dizer em quais projetos estariam presentes as verdadeiras práticas em D.C, E.P e A.P, visto que acreditamos que existem muitas maneiras de exercê-las, e, que não há uma fórmula específica para a construção de diálogos conjuntos ou divulgação de conhecimento científico. Cada comunidade possui características específicas, culturas e memórias construídas a partir de experiências diversas, e práticas desenvolvidas com sucesso em algumas, não necessariamente terão os mesmos resultados em outras. Entende-se também que ainda há uma necessidade de diálogos entre as áreas, que possibilitarão, por sua vez, uma maior construção de saberes junto à sociedade de forma ativa e democrática, independente da esfera em que o conhecimento esteja inscrito.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (LAP/NEPAM/Unicamp) pelo suporte institucional e acadêmico oferecido ao longo de nossas atividades de estágio. E, também, à professora responsável e aos alunos matriculados da disciplina *Estágio Supervisionado em História*, oferecida pelo IFCH/Unicamp no segundo semestre de 2013. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTSCHUL, J. H. Alternative methods of disseminating archaeological findings from CRM contexts: examples from the American Southwest. *Archeologia e Calcolatori*, n. 13, p. 179-186, 2002.
- BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr., 2011.
- CARVALHO, A. V. Nota de atividades: Laboratório de Arqueologia Pública. *História e-História*, v. 11/01/2011, p. 1-4, 2011.
- CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. As possibilidades da Arqueologia Pública. *História e-História*, v. 24/03/2009, p. 1-7, 2009.
- CARVALHO, A. V.; MENEZES, V. H. S. Práticas em Arqueologia Pública: considerações acerca do projeto “LAP com as Escolas”. *Revista Arqueologia Pública*. Edição Especial – ANAIS I Semana de Arqueologia - “Arqueologia e Poder”, p. 1-17, 2013.
- FERNANDES, T. C. *Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FERREIRA, L. M. Essas coisas não lhe pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. *Revista Arqueologia Pública*, n.07, p. 87-106, 2013.
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. “Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão”. In FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. (Org.) *Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades*. Primeira Versão, IFCH/Unicamp, 2011.
- FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. *Editorial Arqueologia Pública*, n. 01, p. 1. 2006.

- GRUNBERG, E. Educação Patrimonial — Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. *MUSEOLOGIA Social*, Porto Alegre: Unidade Editorial, p. 95-110, 2000.
- GRUNBERG, E. Educação Patrimonial: Trajetórias. In: BARRETO, E.; BEZERRA, M.; CAIXETA, M.J. (Org.), *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia, 2008.
- HOLTORF, C. *Archaeology is a Brand! The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture*. Oxford|Walnut Creek, California, Archaeopress|Left Coast Press, 2007.
- MAGALHÃES, L.H. Educação Patrimonial: uma análise conceitual. In: *II Encontro Cidades Novas - A Construção De Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina, p. 1-17, 2009.
- ORSER, Charles Jr. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Oficina de livros, Belo Horizonte, 1992.
- RICHARDSON, L. A Digital Public Archaeology?. *Papers from the Institute of Archaeology*, 23(1), 10, p. 1-12, 2013.
- SALAMÃO, A. A.; ROSSI, A. V.; ALVES, A. S.; SHIMAMOTO, G. G.; FAVARO, M. M. AM; COELHO, T. B. *Iniciação Científica Júnior: experimentação e pesquisa integrando o ensino médio e a universidade*. XV Encontro Nacional de Ensino de Química (XV ENEQ) – Brasília, DF, Brasil – 21 a 24 de julho de 2010.
- SCHIAVETO, S. N. O.; GILAVERTTE, A. P.; ANDRADE, D. S. Projeto Arqueologia e Educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas. *Revista Arqueologia Pública*, Unicamp, nº. 07, 2013.
- SCHWANZ, A. K. Educação Patrimonial- A pedagogia política do esquecimento?. *Cadernos de LEPAARQ* (UFPEL), v. III, p. 25-41, 2006.
- SILVA, H. C. O que é Divulgação Científica? *Ciência & Ensino*, vol. 1, n. 1, dez., 2006.
- SOUZA, F. C. A. "Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: A importância do registro oral para a preservação do Patrimônio". In: MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACJ, J. (Org.) *Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- TAMANINI, E. "Educação em museus como anúncio e resistência popular: o desafio da construção de política pública". In MACHADO, G.; SOUZA, F. C. A.; STEINBACJ, J. (Org.) *Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- TEGA, G.; CAMARGO, V. R. T.; CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A; FERREIRA, M. B. R. Ações do projeto Arqueologia e Divulgação Científica – Diálogos e Saberes: site e documentário. *Revista Arqueologia Pública*, Unicamp, n. 07, 2013.
- VALERA, A. C. A divulgação do conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. *Praxis ARCHAEOLOGICA*, v. 3, p. 9-23, 2008.
- VOGT, C.; CERQUEIRA, N.; KANASHIRO, M. Divulgação e Cultura Científica. *ComCiência*, n. 100, 2008.
- ZAMBONI, L. M. S. *Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1997.